



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 54/2020

DATA DA CORREIÇÃO VIRTUAL: 30/11/2020

PROMOTOR DE JUSTIÇA: Ana Galgane Paes

(x) TITULAR () SUBSTITUTO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: 7ª Promotoria de Justiça Distrital de Aracaju

DISTRITO(S): Não há

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	01/08/1999
1.2 Data de designação/lotação na Promotoria de Justiça	01 julho de 2005
1.3 Atribuições	Judiciais: Cível – Família e Sucessões Extrajudiciais: Sem atribuição extrajudicial
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (x)
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses	Sim (x) Não () Em que unidade? _Juizado Especial Criminal de Aracaju Qual o período/dias da semana? Como 1ª substituta nos processos e respectivas audiências nos quais o titular é suspeito ou impedido
1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses	Sim () Qual? Salvo substituições de férias Não (x)
1.7 Reside na Unidade de lotação	Sim (x) Não ()
1.8 Endereço Residencial	Aracaju/SE
1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim () Portaria de Autorização nº: _____ Data: Não (x)
1.10 Exerce o Magistério	Sim () Dados do Estabelecimento e carga horária: Não (x)
1.11 Férias/Licenças/Afastamentos do último ano	Período de férias do último ano: 07/01 a 21/01/2020 e 01/10 a 10/10/2020 Período de outros afastamentos do último ano: licença para tratamento de saúde a partir de 25/11/2020

1.12 Observações da Corregedoria Geral

As férias foram devidamente comunicadas à Corregedoria Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/90.

2) DADOS DA PROMOTORIA E DO TRABALHO REMOTO

2.1 Servidores	Nome: Ana Carolina Oliveira D`Avila (Analista – Direito – Efetivo) Rafael Valença da Costa (Técnico - Efetivo)
2.2 A estrutura de apoio é	() Satisfatória (x) Insuficiente Observações:
2.3 O atendimento ao público é realizado por intermédio de quais meios?	(x) telefone () e-mail institucional
2.4 Dias/Horário de atendimento ao público	Todos os dias durante o horário de funcionamento da unidade.
2.5 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	Variável
2.6 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)	Sim (x) Não ()
2.7 Como é realizado o acompanhamento das ações ajuizadas	(x) Quando do recebimento dos autos para manifestação () Outra forma de controle. Qual? _____
2.8 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	Arquimedes: Sim (x) Não () Proej: Sim () Não (x) MPJUD: Sim (x) Não () SCP (TJSE): Sim () Não (x) CITT: Sim () Não (x) IDEPOL: Sim () Não (x) MP-Mobile: Sim () Não (x) Disque-100: Sim () Não (x)
2.9 A Promotoria, em sua atuação, observa as nomenclaturas e terminologias presentes nas tabelas taxonômicas do CNMP	(x) Sim () Não
2.10 A Promotoria, em sua atuação, está cumprindo a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Favela Nova Brasília”	() Sim (x) Não Observação: O conteúdo da referida sentença não estabelece relação com as atribuições desta Promotoria de Justiça.
2.11 Observações Gerais/Dificuldades enfrentadas na execução do teletrabalho	Déficit de pessoal, analista e estagiário -

2.12 Observações da Corregedoria Geral

A Promotora de Justiça informou acerca da insuficiência da estrutura de apoio, diante da demanda existente na Promotoria de Justiça, indicando a necessidade de lotação de um estagiário de Direito e de mais um servidor na Unidade Ministerial.

Considerando que falece atribuição à Corregedoria Geral para gestão de pessoas, o presente relatório será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes.

3) DADOS GERAIS DA COMARCA

Existe Juiz Titular na Comarca	(x) Sim () Não
Existe Defensor Público na Comarca	(x) Sim () Não
Existe Delegado de Polícia na Comarca	(x) Sim () Não
Como é feito o atendimento de diligências pela Autoridade Policial	() Satisfatório () Insatisfatório Observações: Não há
Existe um bom relacionamento com as demais Autoridades da Comarca	(x) Sim () Não Observações:

4) ATUAÇÃO JUDICIAL

Local	TABELA 01 (Relatórios do SCP/TJSE – Anexo 02)		
	Quantidade de processos com carga/vistas ao MP	Quantidade de processos com carga/vista ao MP, há mais de 30 dias no gabinete ministerial	Quantidade de processos em trâmite na Vara
28ª Vara Cível da Comarca de Aracaju	47	0	1801

Local	TABELA 02 – processos criminais		
	Quantidade de processos com réus presos	Quantidade de Ações penais do Tribunal do Júri em andamento	Quantidade de sessões do Júri realizadas no último ano antes da correição
28ª Vara Cível da Comarca de Aracaju	-	-	-

Local	TABELA 03 – inquéritos policiais/processos remetidos		
	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP há mais de 30 dias	
28ª Vara Cível da	-	-	

Comarca de Aracaju			
TABELA 04 – Inquéritos policiais remetidos há mais de 30 dias			
Número do Processo	Data da remessa ao MP	Data do último movimento	
-	-	-	

	TABELA 05 (Relatório gerencial do Arquimedes + Relatório do MPJU – Anexo 03)		
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da correição	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da correição	Média processual mensal
Dados Estatísticos	2.153 190 (Arquimedes) + 1963 (MPJUD)	2.040 181(Arquimedes) + 1859 (MPJUD)	170

CLASSE	TABELA 06 (Relatório gerencial do Arquimedes - Anexo 03)	
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da correição	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da correição
Processo Cível e do Trabalho	190 (Arquimedes)	181 (Arquimedes)
Infância e Juventude		
Inquéritos Policiais		
Termos Circunstanciados		
Processo Criminal		
Execução Penal		
Outras Classes		
Total da Promotoria	190 (Arquimedes)	181 (Arquimedes)

TABELA 07 - (Relatório gerencial do Arquimedes + Relatório do MPJU – Anexo 03)	
Movimentos por Promotor/Período	Quantidade
1. Ajuizamento	
1.1 – Denúncia	
1.2 – Petição Inicial	
1.3 Representação por Ato Infracional	
2 – Alegações Finais	
3 – Ciência	01(Arquimedes) + 407 (MPJUD)
4 – Manifestação	199 (Arquimedes) + 1274 (MPJUD)
5 – Recomendação	
6 - Recurso	
6.1 – Razões	1 (MPJUD)
6.2 – Contrarrazões	
6.3 – Interposição de Recursos	
7 – Audiências Judiciais	90 (Arquimedes)
8 – Sessões do Tribunal do Júri	
TOTAL	2.102 289 (Arquimedes) + 1812

	(MPJUD)
--	---------

* O número indicado como total representa a soma de todos os movimentos discriminados na tabela 07 acrescidos de outros movimentos que não estão registrados no Sistema Arquimedes, tais como: “Outros” (128) e “Impedimento/Suspeição” (02).

Observações: Conforme se infere do relatório gerencial, o MPJUD passou a ser executado nesta Promotoria de Justiça no mês de janeiro do corrente ano. Quanto ao registro de audiências, tem-se que houve falha durante a pandemia, deixando de serem registradas as audiências realizadas pelo técnico responsável.

4.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO JUDICIAL

O Sistema MPJud foi implantado na 7ª Promotoria de Justiça Distrital de Aracaju, em 22 de janeiro de 2020. Destaque-se que a Promotoria continua registrando no Sistema Arquimedes os movimentos de ofício e o ajuizamento de ações judiciais, enquanto não disponibilizados através do Sistema MPJud.

No dia da Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial com carga/vista à Promotoria de Justiça, há mais de 30 dias em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação (DOC 01), estando os serviços judiciais absolutamente atualizados.

Foram juntadas peças processuais (Anexo 04), referentes à atuação cível da unidade, a saber:

Tipo de peça	Quantidade analisada	Processos	Observações da Corregedoria Geral
Petições	06	201812800192	- Manifestação – Ação de Guarda;
		201812801746	- Manifestação – Ação de Curatela;
		201812802047	- Manifestação – Ação de Curatela;
		202012800403	- Manifestação – Ação de Cumprimento de Sentença - Alimentos;
		202012800684	- Manifestação – Averiguação de Paternidade;
		202012800754	- Manifestação – Ação de Regulamentação de Convivência Paterna.

5) ATUAÇÃO ELEITORAL

Zona Eleitoral	Sem atribuição
Municípios de abrangência	Sem atribuição
Início da designação	__/__/____
Fim da designação	__/__/____
Iniciativas adotadas no âmbito eleitoral	Sem atribuição

Local	ESTATÍSTICA ELEITORAL (SEM ATRIBUIÇÃO)			
	Quantidade de inquéritos policiais eleitorais em andamento	Quantidade de processos eleitorais em andamento	Quantidade de processos/inquéritos eleitorais há mais de 30 dias em gabinete	Quantidade de processos eleitorais remetidos à Promotoria no último ano
Zona Eleitoral	-	-	-	-

5.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO ELEITORAL

Sem atribuição eleitoral.

6) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

(x) Não exerce atribuição extrajudicial

() Exerce atribuição extrajudicial

Curadorias: _____

6.1) PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO (Anexar relatório do PROEJ)

Trâmites	Notícia de Fato	PP	IC	PIC	PA
Em andamento	-	-	-	-	-
Fora do Prazo	-	-	-	-	-
Numeração dos procedimentos mais antigos (instaurados antes de 2017)	-	-	-	-	-
Procedimentos com mais de 90 dias sem movimentação	-	-	-	-	-

6.2) ESTATÍSTICA EXTRAJUDICIAL (Anexar relatório do PROEJ)

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DO PROMOTOR (Período: 01 ano antes da correição)							
Trâmites realizados	Ações cautelares ajuizadas	Ações civis públicas ajuizadas	Ações de improbidade ajuizadas	TAC's celebrados	Audiências Extrajudiciais realizadas	Audiências públicas realizadas	Recomendações Expedidas
-	-	-	-	-	-	-	-

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA - PROVIDÊNCIAS DECORRENTES (Período: 01 ano antes da correição)						
Quantidade de ações	Quantidade de ações civis	Quantidade de ações de	Quantidade de ações	Quantidade de TAC's	Quantidade de ações de	TOTAL

cautelares ajuizadas	públicas ajuizadas	improbidade ajuizadas	criminais ajuizadas	celebrados	execuções ajuizadas	
-	-	-	-	-	-	-

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA (Período: 01 ano antes da correição) – a ser preenchido pela Corregedoria-Geral

registro de Notícias de Fato	instauração de Procedimentos Preparatórios	instauração de Inquéritos Cíveis	instauração de PIC's	instauração de PA's	Arquivamento sumário	Arquivamento com Remessa/CSMP ou Arquivamento com Remessa/Órgão Externo	Arquivamento - Acordo Entre Partes	Declinação de Atribuição/Mesmo Ramo
-	-	-	-	-	-	-	-	-

6.3) PRINCIPAIS ACP'S EM CURSO

Principais ACP's e Ações de Improbidade em curso ajuizadas pelo membro correicionado no último ano (anexar cópias)

Número da ACP	Objeto da ACP
-	-
-	-

6.4) TAC'S CELEBRADOS/RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

TAC's celebrados/Recomendações expedidas pelo membro correicionado no último ano (anexar cópias)

Número do TAC/Recomendação	Temática
-	-
-	-
-	-

6.5) ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Acordos de Não Persecução Penal celebrado pelo membro correicionado/promotoria no último ano (anexar cópias)

Número do Procedimento/Processo Judicial	Temática
-	-
-	-

6.6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

Procedimentos em que o Promotor correicionado atua(ou) como membro designado	Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento)
-	-

6.7) OBSERVAÇÕES GERAIS – ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

7) ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relatórios	Em dia	Pendente	Sem Atribuição
ARQUIMEDES	x		
MPJUD	x		
CITT (Interceptações Telefônicas) – Res. 36/CNMP			x
Atividade Eleitoral			x
DISQUE 100 () Aguardando Análise () Em análise () Finalizadas			x

7.1) Observações Gerais – Sistemas

O Sistema MPJud foi implantado na 7ª Promotoria de Justiça Distrital de Aracaju, em janeiro de 2020, passando a ser a principal forma para devolução dos processos com intimações enviadas ao Ministério Público. Mantém-se com registro no Sistema Arquimedes apenas os movimentos de ofício e o ajuizamento de ações judiciais, enquanto não disponibilizados através do Sistema MPJud.

8) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

A Promotora de Justiça registrou:

Cursos:

- 1 - O Ministério Público no Novo CPC.
- 2 - Treinamento sobre o Sistema de Investigações de Movimentações Bancárias - SIMBA - 2ª Fase de Implantação
- 3 - II Workshop de Educação Inclusiva.
- 4 - I Curso Básico de Práticas Autocompositivas.
- 5 - Seminário "O Ministério Público no Enfrentamento à Corrupção".
- 6 - Workshop "Todos juntos por um Brasil mais acessível" .
- 7 – Minicurso Jurisdição Constitucional e Direitos humanos
- 8 - I colóquio sobre educação inclusiva e cidadania.
- 9 – Seminário – Interdição parcial: Um novo instituto
- 10 - Seminário “ O Ministério Público e o combate à criminalidade
- 11 - Seminário virtual da COAPAZ/MPSE - Cultura de paz e justiça restaurativa
- 12 - Webinário - Temas atuais sobre enfrentamento ao racismo e à intolerância
- 13 - MP Acadêmico Live - Temas atuais de Direito de Família
- 14 - MP Acadêmico Live - Temas atuais de Direito Processual Civil - processo estrutural
- 15 - MP Acadêmico Live - Processos coletivos e direitos fundamentais em tempos de crise
- 16 - MP Acadêmico Live - Direito de família em tempos de pandemia
- 17 - Mp Adadêmico Live - " O papel do CNJ no sistema juridico brasileiro"
- 18 - Programa MP Acadêmico - 2020/1 - " Minicurso Inovações da Lei nº 13.964/2019

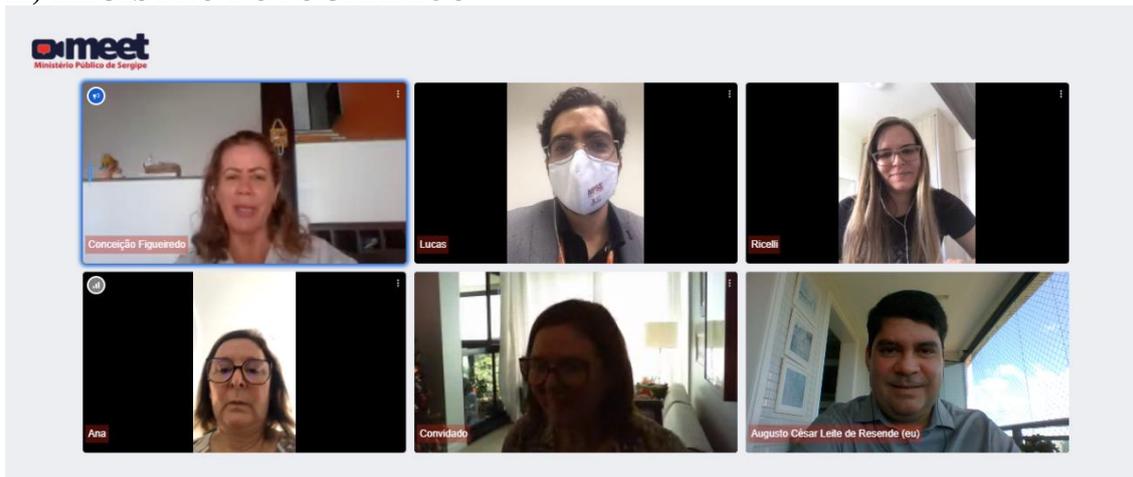
9) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.	Descrição da atividade desenvolvida
9.1 Exercício da função pedagógica da cidadania	(x) Sim () Não Proferiu palestras em eventos virtuais com abordagem de temas relativos a inclusão de pessoas com deficiência: 1 - ocorrido em 19/09/2020 – I Encontro de Pais e Cuidadores – Olhar Integrativo no desenvolvimento atípico; 2 - promovido pela ABO/SE para profissionais odontólogos do Curso de Especialização OPNE da ABO/SE. 3 – Participação em diversos webinários e lives promovidos pela ESMP/MPSE no ano de 2020, na qualidade de assistente.
9.2 Realização periódica de audiências públicas	() Sim (x) Não
9.3 Combater as causas que geram desigualdades	(x) Sim () Não Encaminhamento de ofícios para colocação de crianças em escolas, tanto por alegação de falta de vagas como por questões relativas a inclusão de pessoas com deficiência, exigência de fardamentos, falta de transporte escolar. Solicitação de reparação de ruas e apreensão de animais soltos nas vias públicas, com vistas a minorar a baixa qualidade de vida dos cidadãos do bairro.
9.4 Incentivo ao controle de constitucionalidade	() Sim (x) Não
9.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP	() Sim (x) Não
9.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas	(x) Sim () Não Muito embora tenha se insurgido por diversas vezes em relação à qualidade dos acordos formulados através do CEJUSC, a resolução consensual das demandas tem sido priorizada mesmo no início da fase instrutória, na oportunidade da audiência de instrução, sempre com resultados positivos na resolução consensual das demandas.
9.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	() Sim (x) Não

10) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

10.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	() Sim (x) Não
10.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(quais):	Não na qualidade de Promotora de Justiça, muito embora, enquanto cidadã, participe de movimento relativo às pessoas com deficiência, divulgando direitos sobre inclusão e orientando famílias quanto aos cuidados de saúde preventivos e de promoção da autonomia e do protagonismos dessas pessoas.
10.3) Relação dos procedimentos extrajudiciais (PROEJ) com atuação dentro do planejamento estratégico:	-
10.4) Observações gerais/Justificativa	

11) REGISTRO FOTOGRÁFICO



12) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à questão suscitada pela Promotora de Justiça relativa à insuficiência da estrutura de apoio da Promotoria, relatando a necessidade de lotação de um estagiário de Direito e de mais um servidor, como já informado, será dado conhecimento dos fatos ao Procurador-Geral de Justiça, que detém atribuição para gestão de pessoas.

Verificou-se que a 7ª Promotoria de Justiça Distrital de Aracaju estava organizada, com os serviços em dia, sem que existissem processos judiciais há mais de 30 dias com carga/vistas ao Ministério Público, nem fora do prazo de tramitação.

Registra-se a excelência da atuação da Promotora de Justiça Ana Galgane Paes na condução das atividades na Unidade, juntamente à sua equipe de servidores.

CONCEITO – Art. 74 da Resolução nº 005/2014 – CPJ

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: ÓTIMO
2. Desempenho Atividade Judicial: ÓTIMO
3. Desempenho Atividade Extrajudicial: SEM ATIBUIÇÃO
4. Desempenho Utilização dos Sistemas: ÓTIMO
5. Avaliação Qualitativa: ÓTIMO

CONCEITO GERAL: ÓTIMO

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste relatório para conhecimento da Promotora de Justiça interessada, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias, quando, então, será atribuído conceito, nos termos do art. 74 do Regimento Interno da Corregedoria Geral e, após, será encaminhado, para conhecimento, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos correicionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os Promotores de Justiça devem manter os serviços da Promotoria em dia e organizados.

Considerando que não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta da Promotora ao relatório e após apreciação do CSMP,

Arquive-se.

Aracaju, 02 de dezembro de 2020

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Procuradora de Justiça

Corregedora Geral do Ministério Público

Coordenadora da COAPAZ